

SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Revelação e diálogo intercultural: nas pegadas do Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015. pp.126.

Novos tempos para a Teologia da Revelação e para a Tradição

Ênio José da Costa Brito*

“Por favor, deixem o outro mundo em paz!
O mistério está aqui”
(Mario Quintana)

Ao resenhar um dos últimos livros de Afonso Maria Soares Ligorio, intitulado *Revelação e Diálogo intercultural: nas pegadas do Vaticano II*,¹ dois sentimentos se fazem presentes, o primeiro marcado pela dor e saudade pela perda prematura de um ex-aluno, brilhante teólogo, reconhecido no Brasil e no exterior, um refinado cientista da Religião e, principalmente, um amigo.

O segundo marcado pela certeza de ele repensou e revisitou, em profundidade, questões no âmbito da Teologia e da Ciência da Religião, apontando desafios a serem enfrentados num futuro próximo. Assim, frente aos inúmeros problemas colocados para a Teologia e Ciência da Religião na atualidade, Soares abandonou o porto seguro de conceitos tradicionais, abrindo-se para o diálogo com o mundo moderno, consciente de que a Teologia e a Ciência da Religião já se encontram face a face com o desafio radical de encontrar a Palavra que permanece (Lc 21,33), a linguagem dos homens e das mulheres aos quais deve e pode oferecer um sentido, que os auxilie na realização de uma vida mais digna e plena.

Nesta resenha de conteúdo, percorreremos a estrutura do livro apontando as ideias básicas, tecendo em seguida breves comentários. *Revelação e Diálogo intercultural; nas pegadas do Vaticano II* é o décimo primeiro volume da coleção *Marco Conciliar*, publicado pela Editora Paulus. Organizado em três densos capítulos, *A Nova Teologia da Revelação; O Dogma repensado: Experiência e Conceito e Sincretismo e Inculturação no Pós-Vaticano II*.

* Ênio José da Costa Brito é doutor em teologia e professor no Programa de Estudos Pós-Gaduados em Ciência da Religião da PUCSP.

¹ A. M. L. SOARES, *Revelação e diálogo intercultural: nas pegadas do Vaticano II*, pp.126.

Da Introdução

De perfil didático, a *Introdução* constitui-se numa moldura para as reflexões sobre a Revelação e o Diálogo Interreligioso que serão desenvolvidas nos capítulos. Soares finaliza a *Introdução* dizendo: “Dessa maneira, esperamos que o leitor tenha um facilitado acesso introdutório à teologia da revelação do Vaticano II. E, com isso, uma plataforma suficiente para alçar voo rumo aos horizontes mais amplos do diálogo aprendente com todas as demais tradições espirituais com as quais vier acampar nesta jornada” (p. 26).² Moldura composta pelas seguintes ideias: a importância do Vaticano II aos olhos dos observadores não católicos; a renovação da autocompreensão que a Igreja tem de si mesma e a reformulação da noção de Revelação, que passa a ser compreendida como “autocomunicação divina”.

Ao longo do texto, o autor estabelece um fecundo diálogo com Massimo Faggioli, José Oscar Beozzo e Juan Luis Segundo.³

Dos capítulos

A Teologia da revelação: antes, no e depois do Concílio

O longo capítulo, intitulado *A nova Teologia da Revelação* (p. 27-70), estrutura-se em duas partes, uma consagrada ao tema da revelação, nela antes de discutir a noção no Vaticano II, rasteia a presença do termo nos documentos conciliares e a adoção do mesmo antes do Concílio, visando detectar a nova articulação apresentada pelo Concílio, em relação às categorias revelação, fé e dogma. Na segunda parte, a mesma dinâmica é repetida com relação à Tradição, discutindo questões delicadas, como a problemática das “duas fontes” e as ricas contribuições da *Dei Verbum*.

Para Soares, a Constituição dogmática sobre a Divina Revelação (*Dei Verbum*) se constitui no principal documento conciliar, os outros documentos mencionam ou pressupõem o tema. Por exemplo, a “*Gaudium et Spes* afirma ser dever de todo cristão apresentar a verdade revelada de forma compreensível às pessoas de hoje (44), uma vez que a Igreja só consegue responder às dificuldades do ser humano mediante a revelação (12)” (p. 29).

Em seguida, passa a acompanhar de perto o lento deslocamento conceitual com relação à compreensão do tema da revelação, da autoria divina e do papel

² Nas citações, passaremos a indicar apenas a página do livro.

³ “Este livro pressupõe a pesquisa histórica de Faggioli, bem como as inúmeras contribuições do historiador José Oscar Beozzo, além de seguir de perto as principais intuições do teólogo jesuíta uruguaio Juan Luis Segundo” (A. M. L. SOARES, 2015, p.15) Cf. FAGGIOLI, M. *Vaticano II: a luta pelo sentido*; SEGUNDO, J. L. *O dogma que liberta: fé, revelação e magistério dogmático*.

humano. Deslocamentos, que visavam proteger o caráter de palavra “divina da revelação”, esquecendo-se, no entanto, que “a palavra do divino só ‘acontece’ na palavra humana” (p. 36).

A compreensão da revelação – conceito essencial em toda a religião -, apresenta diversas nuances: no Novo Testamento, não é somente palavra de Deus, como no Primeiro Testamento, a encarnação muda a concepção da comunicação entre o divino e o humano; mais tarde com a constituição do *Corpus escriturístico*, escrito, tem-se que “a palavra de Jesus que é revelada”, daí a ideia de *depositum* de verdades reveladas, que passa ser guardado pela nascente casta presbiteral.

A tradição patrística, ao ver a revelação como inspiração das palavras (já ditas) da Escritura, a aproxima da *vera philosophia*. “Apela-se, assim, para a inspiração e, cada vez mais, para a intervenção direta de Deus na redação do texto bíblico” (p. 35). Tradição que considera os escritores sagrados como meros instrumentos.⁴

No entanto da patrística, herdamos dois conceitos básicos no âmbito teológico: economia e pedagogia. “Existe, conforme Irineu (em *Adversus Haereses*), uma ‘disposição’ de Deus, desde as origens da criação, de nos conduzir à salvação e à visão final de sua Beleza (economia), um projeto orgânico levado a cabo em sucessivas e históricas etapas até sua culminação em Cristo, Perfeito Revelador (pedagogia divina)” (p. 37).

Os concílios de Trento, Vaticano I e Vaticano II – realizados em contextos diferentes -, acolhem o tema da revelação como um problema em si. Trento, na *Dei Filius* define que Deus é o autor dos dois Testamentos e condena quem duvida da ação direta do Espírito na escrita das Escrituras e nas Tradições; o Vaticano I, utilizando a palavra revelação, reitera serem os livros canônicos da autoria de Deus e o Vaticano II “descarta, porém, a terminologia clássica que vê os autores humanos do texto bíblico como mera causa instrumental e considera os escritores inspirados como *veri auctores* (DV 11)” (p. 38).

Trento e Vaticano I deixaram resíduos problemáticos, como a concepção literalista das escrituras cristãs e a concepção teórica da revelação como lista de verdades, que terão no Vaticano II um primeiro encaminhamento.

Para alguns teólogos, questões profundas da reforma e historicidade na teologia e na Igreja são tratadas de modo muito equilibrado pela *Dei Verbum*. A Constituição “articula e unifica teologicamente as diferentes questões da regulação (*dispositio*) – Tradição, Escritura e magistério -, como também as outras duas fases da consciência hermenêutica da Igreja: o princípio da reforma (ecumenicamente decisiva) e o da historicidade das culturas dos receptores do Evangelho” (p. 40).

⁴ A DV 11 considera os escritores como *veri auctores*.

A *Dei Verbum* inova ao afirmar que: “a revelação divina nos chega por intermédio de homens que são ‘verdadeiros autores’ (DV 11), sem que Deus tenha deixado de ser ‘o’ autor (DV12) (p. 45).

A revelação deve ser pensada como um encontro interpessoal entre Deus e o ser humano. Deus na sua pedagogia divina educa a humanidade, oferecendo “ao ser humano a oportunidade de ser de outra maneira e *viver* em um nível mais humano” (p. 47).[Grifo do autor]

O dom da fé desafia os cristãos a se colocarem a serviço do bem estar de todos. “É função da Igreja oferecer elementos humanizadores procedentes de sua fé, ainda que, para tanto, deva reconhecer sua dívida para com o desenvolvimento da humanidade e para com seus históricos oponentes e perseguidores (GS 44a. c)”⁵ (p. 49).

A *Dei Verbum* articulou, entrelaçou, associou Tradição e Escritura, distanciando-se de Trento que as via lado a lado. Assim, Revelação, Tradição e Escritura passam a ser compreendidas numa perspectiva renovada (DV 8). “A *Dei Verbum* enfatizou a noção de Tradição como vida da Igreja, pois esta transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela própria é (8)” (p. 52). Esta compreensão da Tradição, como vida da comunidade, requer uma revisão da noção tradicional de revelação, para que seja vista como processo histórico.

O termo Tradição é entendido sob dois aspectos: “como o princípio mesmo de toda a economia da salvação cristã” ou como “aquela transmissão da revelação que é levada a cabo com um meio diferente e até autônomo em relação à Sagrada Escritura” (p. 57).

Com relação às duas fontes da revelação – Tradição e Escritura -, o Vaticano II não repete Trento e Vaticano I, mas aproxima conscientemente as duas deixando em aberto a questão da relação entre ambas. “Derivando ambas do mesmo manancial divino, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim” (DV 9) (pp. 66-67). Importante notar que a palavra usada é manancial e não fonte (*fons*). “Isso sugere o recado de que o Concílio quer dar o devido valor à Tradição embora repensando-a” (p. 67).

A conturbada história do Dogma na Teologia e Igreja católica

O capítulo segundo intitula-se *O Dogma repensado: experiência e conceito* (p. 71-104). A palavra dogma usada pela primeira vez no 1º Concílio Ecumênico de Niceia, em 325 dc, só no século XVIII passou a ser utilizada “no sentido em que hoje é entendido, sobretudo a partir do século XVIII, e os documentos eclesiásticos

⁵ “Esse número 44 é um grande avanço. Os padres conciliares admitem seu débito com a figuras polemicas do mundo europeu. Uma mudança de atitude surpreendente” (p. 4 9)

farão o mesmo no séc. XIX” (p. 76), perspectiva esta aprofundada pelo Vaticano I na *Dei Filius*, que vê o dogma como uma doutrina contida na revelação proposta à fé pela autoridade docente da Igreja.

“No século XX, cresce a convicção entre os teólogos católicos de que essa proposição do dogma explicitada em Trento e ratificada no Vaticano I não acolhe a riqueza e a complexidade com que a Tradição da Igreja custodiou seu patrimônio de fé (p. 77). O Vaticano II herdou a delicada tarefa de superar esta herança polemica e redizê-la enfatizando o Deus que se revela e sua intenção amorosa de comungar com a humanidade

A supervalorização do dogma ao longo dos séculos acabou bloqueando o acesso ao núcleo da mensagem cristã. O autor pergunta: como o Vaticano II deslindou questão tão delicada? O Concílio distingue com clareza, “entre o dogma propriamente dito (aquilo que a Deus aprouve nos comunicar) e sua formulação linguístico-conceitual (o que a comunidade bíblica/sinagoga/a *Ecclesia* pôde captar/aprender” (p. 80).

Outro tema delicado abordado pelo Concílio é da inerrância, ou seja, “do fato de ser o dogma a tradução conceitual da ‘palavra de Deus’ consignada na Bíblia, se deve deduzir que ele deva ser sempre uma asserção infalivelmente veraz”? (p. 80).

Recorrendo à categoria da Pedagogia Divina (DV12) – um dos princípios hermenêuticos mais fecundos do Vaticano II –, afirma que não. Ele possibilita reformular a noção de revelação, “a revelação de Deus é sempre e também revelação sobre quem somos nós e sobre o sentido de nossas vidas” (GS) (p. 81). Pode-se concluir que “o dogma nada mais será do que um procedimento didático que nos oferece a ocasião de sermos de outro modo e vivermos numa atitude humanizadora” (p. 81).

Uma questão permanece aberta até hoje, cabe aos leigos inserir a mensagem cristã revelada na realidade, como realizá-la, se os leigos continuam cidadãos de segunda classe na Igreja?

O Vaticano II ao abandonar os anátemas relacionados às questões dogmáticas abriu caminho para um amplo processo de renovação, possibilitando o deslocamento de uma teologia apologética para uma teologia fundamental, que acolhe e reflete o núcleo fontal da tradição cristã.⁶ Dinâmica que coloca na agenda a (re) formulação dos dogmas, “se as fórmulas não forem reformadas, a verdade que pretendem veicular não permanecerá viva” (p. 88).

O processo de reelaboração do dogma desvela uma forte convicção conciliar: “a Igreja é peregrina na história (LG 6,8-9; 16;44, 48-51) e se autocompreende

⁶ A Declaração *Mysterium Ecclesiae* da Sagrada Congregação para Doutrina da Fé, assinada em 24/06/1973, aponta para a necessidade da renovação das expressões dogmáticas do passado.

como serviço, e não como fim em si mesma (LG 16;36; GS 27,31-32); portanto, a teologia e o próprio dogma deverão ser sempre (re) interpretados a partir desses postulados”(p 89-90).

Pensar na (re)formulação dogmática levanta, ainda, o delicado problema da “hierarquia” das verdades. A UR 25 relembra que “existe *uma ordem ‘hierarquia’ das verdades* da doutrina católica, já que o nexos delas com o *fundamento da fé* cristã é diferente” (p. 92)⁷

A expressão “hierarquia” das verdades foi cunhada no Vaticano II, no entanto, desde os primórdios do cristianismo se fez presente na vida da Igreja, mas caiu no esquecimento quando a Igreja se opôs à Reforma e ao Modernismo.

Uma nova catolicidade pode ser afirmada pelo Vaticano II, graças ao resgate da noção bíblica de Povo de Deus, pois, o pertencimento a este povo se dá de vários modos. Por sua vez, o Decreto *Unitatis Redintegratio*, sob inspiração da *Lumen Gentium* inovou, “ ao sugerir um modelo de unidade fundado, ‘não na uniformidade e na absorção mas na variedade dos carismas e na complementariedade das tradições” (p. 97). *Unitatis Redintegratio* 11 tendo presente o horizonte da unidade cristã convida ao diálogo.

As religiões são verdadeiras

O capítulo terceiro intitula-se *Sincretismo e Inculturação no Pós-Vaticano II* (p. 105-120). A Igreja quando refere-se a inculturação aponta para um diálogo, que vem ocorrendo muito lentamente em várias partes orbe terrestre.

O termo sincretismo aparece uma única vez nos documentos conciliares no Decreto *Ad Gentes* 22. “O número.22 pode ser considerado uma sucinta e precisa carta de intenções dos padres conciliares acerca do que é preciso focar nas décadas seguintes, em vista de uma autêntica ‘economia da encarnação’ das igrejas jovens nos mais remotos pontos do planeta” (p. 107).

A categoria patrística da “pedagogia divina” constitui-se no fio condutor para se perceber “que as tentativas históricas (imperfeitas, errôneas, exóticas) com que as comunidades criam/recriam significantes para o(s) significado(s) cristão(s) também *revelam a verdadeira pedagogia divina* (DV 15) (p. 109).

O ser humano interlocutor da revelação responde a partir de situações existenciais e históricas, isto faz diferença, pois implica acertos e erros. Para Soares, “será inevitável considerar o sincretismo não como um dano, mas como o risco inevitável do caminho histórico da revelação e do dogma” (p. 109).⁸

⁷ O termo “ hierarquia” aparece também na GS 72. [itálico do autor.]

⁸ O tema do sincretismo foi objeto de vários escritos de Afonso Soares. Ver Sincretismo e Teologia interconfessional. In: *Ciberteologia*. Revista de Teologia & Cultura. Ano VI, n. 27, Janeiro/Fevereiro, 2010, p. 32-52;

A expressão “hierarquia das verdades”, também, dá suporte e ilumina o fenômeno do sincretismo religioso ou da dupla pertença religiosa. A revelação “não diz respeito a todas as possíveis verdades, mas antes a um centro definido, extremamente simples (*prima veritas*) que de nós solicita, na fé, uma resposta pessoal e completa, que é dada, livremente, a Deus mesmo” (DV 5) (p. 110). Hierarquia existencial de verdades, que se tornam presente na vida dos fiéis, que em diferentes contextos históricos e culturais respondem a iniciativa amorosa de Deus.

Na esteira da UR11, o pluralismo religioso e o diálogo inter-religioso emergem naturalmente como desafios postos pelo Vaticano II, que convida a Igreja a abrir mão do já dogmaticamente estabelecido. “Para que a revelação resulte, com efeito, em algo significativo, a comunidade dos fiéis tem de ser parte ativa da construção do dogma” (p. 111). Isto implica na exigência de se pensar o acesso ao *depositum fidei* na perspectiva da pedagogia divina. Pois, “cada vez mais, cresce a consciência de que as nações do mundo não são recipientes passivos de informações privilegiadas oriundas da religião europeia” (p. 107-108).

Na Instrução, *Erga mirantes caritas Christi* – promulgada 40 anos após o Decreto *Ad Gentes* – a Igreja toma consciência da complexidade do fenômeno migratório e das implicações que ele traz para o diálogo inter-religioso, vendo nesse processo ganhos e riscos, como o sincretismo e o relativismo. João Paulo II, falando aos bispos do Regional Sul 1-SP, realçava a importância da religiosidade popular, mas via no sincretismo uma ameaça à integridade da fé. Para o Papa, a Igreja, “sente-se no dever de afirmar que o sincretismo é danoso quando compromete a verdade do rito cristão e a expressão da fé em detrimento de uma autêntica evangelização” (p. 115).

Ao que Soares pergunta: “ora, se o sincretismo ‘é nocivo quando...’ haveria aqui na entrelinha a possibilidade de o sincretismo ser bem-vindo se não comprometer a verdade do rito etc.?” (p. 115).

Se lermos a experiência religiosa afro-brasileira na perspectiva de uma hierarquia das verdades (UR 11), adeptos do Candomblé, “em vez de largar o cristianismo para ficar somente com seus deuses, o povo-de-santo prefere - num ímpeto de amor gratuito - continuar com o ‘orixá’ Jesus, respeitando e servindo-se das rezas católicas” (p. 116).

A Declaração *Dominus Jesus (DJ)* foi outro documento da Igreja que cerceou e muito as veredas abertas pelo Vaticano II, ao negar o que foi afirmado enfaticamente pela *Dei Verbum*, o histórico processo de autocomunicação de Deus à humanidade.

Valor do Sincretismo numa perspectiva de Teologia Pluralista. In: *Ciberteologia*. Revista de Teologia & Cultura. Ano VI, n.30, Julho/Agosto, 2010, p. 29-40.

O sincretismo só ameaça a quem não percebe conforme AG 22, que “a semente da palavra de Deus carece de longos períodos de tempo para ‘germinar’, ser regada pelo orvalho divino, ‘absorver’, ‘transformar-se’ e ‘frutificar’ com abundância” (p. 118). O anúncio do Evangelho deve levar aos não cristãos o essencial da mensagem, para que eles a recebam a partir de suas vivências pessoais e culturais.

Pontuações

Resgatar e dar a conhecer aos leitores (as) um pouco da riqueza de *Revelação e Diálogo Intercultural: nas pegadas do Vaticano II*, nos norteou nesta resenha de conteúdo. Desafio nada simples frente ao volume de informações presentes no texto.

Terminamos a tarefa com três certezas: a primeira, Soares demonstra uma habilidade fantástica para descomplicar temas tão complexos e torná-los acessíveis, mesmo para os não estão familiarizados com o campo teológico. Habilidade respaldada por um profundo conhecimento do campo teológico e da história da teologia. Com que naturalidade, Soares traz para seus textos vozes de iminentes teólogos, o que dá ao mesmo contornos polifônicos

A segunda, de estarmos diante de um teólogo maduro, com um raro poder síntese e audacioso, que em nenhum momento, deixa de se posicionar, mesmo diante das questões mais espinhosas, relacionadas com o dogma, a revelação e o sincretismo. Nestes tempos pos-conciliares, suas críticas construtivas abrem caminhos para avanços necessários no campo teológico e da práxis eclesial.

A terceira certeza, o leitor (a) tem em mãos um texto que deixa transparecer um profundo conhecimento dos documentos do Concílio Vaticano II. Conhecimento, que possibilita relacioná-los, discuti-los e, com naturalidade, extrair deles o que há de mais instigante e renovador.

Revelação e diálogo intercultural - que compõe a coleção *Marco Conciliar* da Editora Paulus - a primeira vista parece tão desprezencioso -, mas surpreende qualquer leitor (a) pela força de seu conteúdo

Os futuros leitores (as) tem em mãos um breve tratado sobre a revelação e o dogma, numa linguagem clara e sintética, escrito “com os pés no presente e o olhar no horizonte” (p. 108) e uma instigante proposta de compreensão do sincretismo. O autor nos relembra que “o único acervo de critérios que os povos possuem para julgar se o evangelho é, de fato, ‘notícia boa’ (*eu-angelion*) é sua própria cultura autóctone e, portanto, não podem automaticamente largá-la para se tornarem ‘evangélicos’ (p. 115-116). E de modo contundente alerta, “se não voltar a beber da inspiração que jorrou dos textos e do entusiasmo do evento do Vaticano II, a

Igreja Católica correrá o risco de, *mais uma vez*, transmitir aos povos da terra uma notícia que, embora literalmente veraz, não será boa - ou seja, salvífica” (p.117-118).⁹

Livro recomendado para todos que estão envolvidos no processo de renovação da Igreja, nestes tempos do Papa Francisco, que vindo de longe, trouxe ares *noos* repletos de esperança para o Povo de Deus.

Referência bibliográficas

FAGGIOLI, M. *Vaticano II: a luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2011

SEGUNDO, J. L. *O dogma que liberta: fé, revelação e magistério dogmático*. 2^a ed. São Paulo: Paulus, 2000.

⁹ O itálico é nosso.